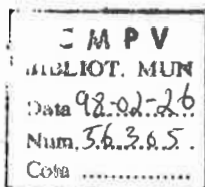


ANTÓNIO GOMES DA COSTA

**DISCURSO
SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA
DO
134º. ANIVERSÁRIO
DA
CAIXA DE SOCORROS D.PEDRO V**

**RIO DE JANEIRO
1997**



aviso
FL

Quando recebemos do Presidente da "Caixa de Socorros D. Pedro V", Com. Artur dos Santos Pereira, a incumbência de falar nesta sessão solene comemorativa do 134º aniversário da instituição, pensamos em fazê-lo de improviso. Afinal, não seria difícil evocar o historial da "Caixa", lembrar os seus fundadores e os Homens que a serviram através de gerações sucessivas, os gestos de benemerência que a enriqueceram, as dádivas e os "milagres" que aconteceram com tanta frequência ao correr destes 134 anos.

Tampouco seria difícil retratar as filas dos doentes que diariamente lhe batem à porta; repetir as palavras dos idosos que pedem auxílio; dizer das lágrimas que se vêm descer dos rostos daqueles que, amassados pela vida e pela sorte, chegam aqui em busca de um auxílio ou de uma esperança.

Falaríamos com emoção e sentimento, deixando as palavras fluir como fluem as ondas do mar sobre a areia, sem cuidados com a frase e sem pensar na gramática. Seria um discurso vindo do coração que nos conduzisse a todos, ao louvor dos Homens que souberam, nos domínios da solidariedade, dar um exemplo admirável do melhor que tem a alma portuguesa.

Mas o Presidente Artur dos Santos Pereira, ao dar-nos o encargo, deu-nos também a temática - "O momento atual e futuro das associações luso-brasileiras" - e, por isso, tivemos de deixar o improviso e optar pela reflexão, esquecer o reconhecimento e trazer à lide o compromisso, adiar o louvor e curtir o desencanto.

Aqui vai o que pensamos e o que escrevemos.

Primeiro, gostaria de deixar claro que ao referirmo-nos, neste discurso, ao Governo, ou às Autoridades portuguesas, não estamos mirando o atual Governo, presidido pelo ilustre Eng. António Guterres, nem ao anterior, de que foi o principal responsável o Prof. Cavaco Silva, nem ao consulado do Sr. Mário Soares, nem o de Salazar, nem o de Afonso Costa ou o de João Franco. Nestas reflexões, as palavras "governo" e "autoridades" significam a estrutura do Poder, tanto da esfera legislativa, como das instâncias administrativas, apontam para a mentalidade predominante no Terreiro do Paço, seja no período da monarquia, seja no ciclo republicano, e exprimem uma posição, ou uma postura, daqueles que tiveram responsabilidades na condução política do país e de como se comportaram perante os anseios e os desafios da Diáspora.

Fique isto bem esclarecido para se entender que quando falarmos, mais adiante, do abandono ou das queixas daqueles que um dia deixaram sua terra de berço para realizar, em terra alheia, seus projetos de vida, não o fazemos pensando na insensibilidade deste ou daquele regime, ou na indiferença de um ou outro governo - até porque, no arco da História, damo-nos conta de que todos eles estiveram sempre muito mais interessados em saber o que poderiam receber dos emigrantes, ou no que estes poderiam fazer pelo país, do que em criar meios para lhes dar, nos lugares de acolhimento, qualquer tipo de apoio e assistência.

O caso do Brasil, então, é paradigmático. Desde a 1ª metade do século XIX, por força das crises econômicas e sociais que atingiram as camadas mais pobres da sociedade, milhares de portugueses começaram a chegar todos os anos aos portos brasileiros. Estávamos em pleno processo de extinção do trabalho escravo: a lei do "ventre livre", a lei dos idosos ou dos "sexagenários" e finalmente a "lei-áurea", faziam com que os "engajadores", a mando dos grandes proprietários rurais, não parassem de ir contratar, nas aldeias de Trás-os-montes e do Minho, os desempregados e os jovens que quisessem emigrar para o "novo mundo".

Eles vinham, escapando da pobreza de sua terra, onde não tinham oportunidades de trabalho, nem futuro. Muitos eram licitados, no cais da chegada, pelos senhores de engenho, em leilões idênticos ao das "peças" africanas; outros, ficavam nos cortiços das cidades, a enfrentar os trabalhos mais rudes e as "febres" devastadoras dos trópicos.

Já nessa altura, e ainda estamos no século XIX, os agentes consulares, perante situações dramáticas de que tomavam conhecimento, enviavam relatórios para Lisboa solicitando providências; e, no Parlamento, algumas vezes se levantavam para denunciar as adversidades da emigração para o Brasil - mas o governo, sem recursos e sem vontade política, desconhecia os apelos dos cônsules e não dava a menor importância para os relatos dos parlamentares. Não havia verbas orçamentárias para atender ao repatriamento dos que ficavam doentes, para socorrer os órfãos e as viúvas caídas na miséria, para defender na justiça os que eram vítimas da exploração e dos maus-tratos. "Os emigrantes, que se avenham, como a Deus aprouver" - é a posição oficial. "Ou que se arrumem" - como dizia o Ministro do Reino, às voltas com a moratória. E, na verdade, os portugueses do Brasil, sentindo na carne os problemas cruciais, partem para a realização de uma das Obras mais fantásticas de solidariedade humana, inédita e nunca igualada em nenhuma outra parte do mundo: quotizam-se - e constroem dispensários e hospitais para onde possam ir nos dias negros e incertos da doença; quotizam-se - e compram livros e instalam salas de aula para aprenderem a ler ou para melhorar os seus conhecimentos; quotizam-se - e através do estatuto da mutualidade dão auxílio ao compatriota sem sorte e sem saúde, às famílias despossuídas, aos velhos abandonados, aos que, de pulmão furado pela tuberculose e peito arreventado pelas hemoptizes, querem ir morrer na terra de berço. É nessa altura que se dá o aparecimento e ganham importância as "Beneficências", os "Gabinetes de Leitura", os "Liceus", as "Caixas de Socorros Mútuos", os educandários, os asilos, as associações de classe, etc.

É curioso que em Portugal, por essa época, observam-se dois fenômenos contraditórios em relação aos portugueses do Brasil. O primeiro, é o sentimento da inveja coletiva que se projeta e retrata nos tipos da literatura romântica. O "brasileiro", que é o português torna-viagem, endinheirado e com título de barão, provoca despeitos e maledicência, não entre a gente simples da sua aldeia natal, que fica feliz por vê-lo de regresso, palrador e amorenado pelo sol, disposto a construir o palacete, a comprar a quinta mais bonita, a pintar o altar-mór da igreja, ou a oferecer opas de seda à confraria das Almas; mas provoca ciúmes e antipatias entre os fidalgos da cidade, entre a aristocracia rural em declínio, entre os janotas e mandriões dos "cafés" da baixa lisboeta. Para esses, o "brasileiro", engonçado e de joanetes crecidos, glutão e manhoso, traído pela mulher e promíscuo de cama, não tem méritos nem inspira louvores - é um burro de sorte, que enriqueceu vendendo legumes nas feiras e bugigangas nos armarinhos, ou aparando madeiras com a enxó nas oficinas de marceneiro, ou alizando paredes de gesso nas casas senhoriais. Os romances, as novelas, os dramas e os poemas retratam, quase sempre, dessa forma depreciativa e galhofeira o emigrante bem sucedido que fez fortuna no Brasil e regressava à terra de origem com dinheiro e brilhantes na camisa, como escrevia o Eça de Queirós. Tratavam-no com desdém e sarcasmo, esquecendo-se que esse Homem era mais do que um português - porque era do Minho, era de Trás-os-Montes, era das Beiras...

Em paralelo a essa inveja do "brasileiro" que retorna vitorioso e feliz - e o português, como ainda outro dia declarava a escritora Agustina Bessa-Luís, é dissimulado e faz da inveja um discurso de bom-senso - começa a surgir o interesse do governo. No início, o interesse oficial estava centrado apenas na saída da mão de obra, para aliviar o mercado de trabalho nas províncias e os excedentes demográficos. O que já não era pouco. Mas a partir de um determinado momento, começaram a chegar,

em grande quantidade, libras esterlinas do Brasil, os desequilíbrios da Coroa eram cobertos pelas poupanças canalizadas pelos comerciantes do Rio, do Recife, de S. Paulo, de Belém, de Santos, de Manaus e o câmbio, perante os banqueiros de Londres, passou a depender das transferências de além-mar. Era a descoberta da mina: o governo de Sua Majestade, que não se preocupava, nem queria saber dos portugueses do Brasil, começou a fazer-lhes o cerco para aumentar o fluxo das remessas. Distribuía diplomas conferindo mercês e outorgava a meia-dúzia de instituições o privilégio de antepor ao nome de registro o título de "Real" - Real Gabinete Português de Leitura, Real Sociedade de Beneficência Portuguesa, Real Sociedade Clube Ginástico Português e Real e Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V. A república, que veio depois, com o levante da Rotunda, não modificou as posições monárquicas: do Brasil que venham as transferências, dizia Afonso Costa, repetia Bernardino Machado e reiterava o Presidente Antonio José de Almeida. Mas não se ajudava uma instituição; não se atendia aos pleitos dos consulados; não se aliviava a burocracia - e ainda se cobrava todos os anos a "taxa do serviço militar" dos mancebos que antes da idade do alistamento para a tropa, tinham vindo para o Brasil.

Para os senhores do Terreiro do Paço pouco importavam os dramas e as necessidades de uma emigração jogada de qualquer maneira para as terras distantes; um cônsul pedia verbas ao Ministério, para mandar de volta uma viúva em desespero - e não era ouvido; um compatriota apelava para se poder juntar à família - e não tinha resposta; expunham-se situações de injustiça e de marginalidade - mas o governo fechava-se em copas, absorvido pelos problemas internos.

É claro que a "colônia", em termos coletivos, só teve uma alternativa: fortalecer as suas associações de solidariedade para que elas atendessem, na medida do possível, as carências e os dramas dos excluídos. Anote-se que só depois dos anos 30 é que se criam no Brasil

as primeiras unidades da Previdência Social, o que significa que as populações, até essa altura, dependiam, nos casos de doença, exclusivamente, dos hospitais das "Santas Casas" e das "Ordens Terceiras" ou, então, das "Beneficências Portuguesas". Mais tarde, teremos as "Casas de Portugal" e as "Obras de Assistência". E no amparo à terceira-idade foram os Asilos, de carácter religioso, e as "Caixas de Socorros" as instituições pioneiras a prestá-lo, muito antes dos Estados cuidarem dos sistemas de reformas e pensões.

É claro que existiram períodos em que os governos, mais atentos, demonstraram, pelo menos, um certo reconhecimento por aquilo que a comunidade portuguesa realizava no Brasil - independentemente de suas qualidades de trabalho, de seus valores morais e éticos, de seu patriotismo e de sua integração no país de acolhimento, méritos por todos confirmados. O salazarismo, por exemplo, soube jogar muito bem, talvez a seu favor, com o relacionamento que as figuras importantes do regime mantinham com as cúpulas da "colônia". E se o "Estado Novo" se serviu, como dizem, para tirar prestígio interno, de suas ligações com o Brasil - não podemos esquecer que a "colônia" faz uma subscrição pública e compra em Lisboa, à véspera da "Festa dos Centenários", em 1940, o Palácio do Almada para oferecê-lo ao país - também no que diz respeito aos anseios e aspirações das bases da comunidade, às carências dos marginalizados, ao apoio aos cidadãos, à defesa de seus direitos como portugueses, pouco se fez durante o longo período da ditadura. Existia o brilho na Política, na Cultura, na Diplomacia, nas visitas, na retórica - mas em termos de ajuda, de cuidado, de empenhamento, de atender ao emigrante, permaneceu o mesmo drama histórico, inalterado e cruel. Ganhou-se o estatuto da igualdade de direitos e deveres, mas não se teve um único aparelho de "raio X" de uma "Beneficência", ou de uma "Casa de Portugal", que fosse oferecido pelo governo; ganhou-se espaço em acordos e tratados bilaterais, mas nunca as autoridades portuguesas pensaram em atender aos

pedidos dos emigrantes sem sorte que morrem envergonhados e esquecidos num barraco do morro; as grandes figuras da República fizeram visitas, com pompas e circunstância, mas quando os "retornados" das antigas colônias chegaram ao Brasil, no incêndio da descolonização, quem lhes deu abrigo, sustento e emprego foram as associações luso-brasileiras.

Nas décadas mais recentes, em decorrência sobretudo do exemplo de outros países, que absorveram imensas quantidades de mão de obra estrangeira, as políticas de emigração mudaram substancialmente em relação às do passado, os Estados sentiram-se pressionados para não esquecer aqueles que em muitas sociedades de acolhimento eram discriminados, os governos tiveram de intervir para dar novos contornos às relações de trabalho por causa da pressão dos sindicatos, dos salários inferiores, da exclusão da Previdência, etc. Em países de cultura e Língua diferentes atentou-se, pela primeira vez para os problemas da 2ª geração. Deu-se até voz nos parlamentos a representantes da Diáspora, para que esses representantes vocalizassem as suas reivindicações, e, ao mesmo tempo, criaram-se organismos, ditos consultivos, para os governos legitimarem a sua política em relação à "nação peregrina", ou para darem a entender que seguem de perto as suas vicissitudes.

Nada disso veio mudar as realidades que vivemos. Até hoje, se um compatriota na pobreza cai doente, quem o acolhe é uma "Beneficência", uma "Obra de Assistência", uma "Casa de Portugal"; até hoje, se temos velhos abandonados, sem lar e sem comida, quem os recebe são as "Caixas de Socorros" ou as "Beneficências", ou as "Provedorias"; até hoje os órfãos e os "meninos de rua" quem os educa e alimenta, quem os tira do vício e da miséria, são samaritanos da Candelária; até hoje, se queremos dinamizar os "gabinetes de leitura" ou os "Liceus"; se mantemos os clubes e as "casas regionais"; as Bandas e os Orfeões, não o fazemos com ajudas do governo, mas com o esforço da própria comunidade; até hoje, se difundimos a música e os valores culturais, se abrimos bibliotecas e chamamos a

juventude, fazemo-lo sempre graças ao trabalho e ao investimento associativo; até hoje, se concedemos bolsas de estudo ou difundimos o folclore das regiões portuguesas, fazemo-lo mercê do sacrifício e da dedicação daqueles cuja portugalidade deveria ser reconhecida e louvada pelos que do outro lado do atlântico não avaliam a dimensão do que se faz no Brasil em termos associativos. Decerto que desejamos que se faça o mesmo noutras vertentes - no intercâmbio comercial, com negócios e estratégias empresariais; nas pontes universitárias, na comunhão de artistas, na área financeira, na comunicação social, no desporto, nos domínios da Arte e das tecnologias, em tudo. Nunca se reivindicou a primazia para as associações, nem, muito menos, a exclusividade, pois seria um absurdo. Mas dar a devida importância ao que se realiza dentro delas, é o mínimo que os portugueses do Brasil podem exigir; que se respeite a passagem do testemunho que está a ser feita aos luso-descendentes, é o mínimo que podemos pleitear; que se preserve a dignidade e o investimento das instituições, é o mínimo que temos direito de pedir para que o nome de Portugal, continue a ser sinónimo de uma comunidade que nunca desonrou a Pátria de berço.

Mas neste final do milênio, precisamos fazer algumas reformas. De um lado, porque cessou a emigração e, portanto, dentro dos próximos anos o número de portugueses do Brasil tende a desaparecer; fomos mais de um milhão e já somos menos de 300.000; do outro, porque instituições que têm um determinado formato e cujos mecanismos de funcionamento assentavam nessa comunidade vão ter de adaptar-se a novas estruturas, para que amanhã não se enfraqueçam, ou percam a integridade de seus objetivos ou sofram interferências espúrias. Há alguns anos, numa festa como a de hoje, apontamos nesta Casa algumas "pistas" para que associações como a "Caixa de Socorros D. Pedro V", o "Real Gabinete Português de Leitura", o "Liceu Literário Português", a "Obra Portuguesa de Assistência" e outras comessem a formar o "núcleo" da grande "Fundação Portugal".

De algum modo, nestes últimos tempos, na prática, graças à sintonia das diretorias dessas entidades, tem-se praticado um pouco a unificação de objetivos: o "Real Gabinete" aumenta seu patrimônio imobiliário graças à ajuda da "Caixa de Socorros" e do "Liceu"; a "Beneficência" não sucumbe graças à "Caixa de Socorros"; os projetos comuns cruzam-se a cada passo; as linhas de rumo são convergentes e a interação é uma constante. Entretanto, precisamos aprofundar mais a rota para chegar a estruturas institucionais para não dependermos do voluntarismo dos dirigentes e não podemos perder tempo, de um lado, para evitar retrocessos, e do outro, para darmos a resposta que sempre demos àqueles que caíam no desânimo, ou aos que procuravam servir-se da comunidade - e não servi-la; somos homens de fazer, pela Pátria e pela Grei.

Se hoje comemoramos o aniversário desta instituição lembrando a sua extraordinária trajetória de filantropia e de bem-fazer; se hoje sentimos orgulho da Obra realizada; se hoje lembramos estatísticas de doentes assistidos, dos velhos ajudados, das crianças educadas; se hoje vemos na "Caixa de Socorros" um "ex-libris" da solidariedade dos portugueses do Brasil - é porque muito antes de nós tivemos compatriotas que não ficaram à espera de utopias, nem foram atrás de promessas; que não se embalaram no luxo e no egoísmo; que não perderam as esperanças nos seus próprios braços, nem deceparam os seus próprios sonhos. E trabalharam. E fizeram. E cumpriram.

É a hora certa, portanto, de mostrar, mais uma vez, do que são capazes os portugueses do Brasil e os luso-descendentes integrados na mesma construção. Pois, para nós, mais importante do que tudo é a força de vontade indo de encontro às indicações nacionais, como diria Oliveira Martins. E para este vôo de asa chamamos os Homens de boa-vontade, os que têm vocação para passar da semente ao fruto, os que desassombadamente sabem dizer não, quando é preciso dizer não, e chamar a

comunidade para que todos juntos e olhos postos no futuro possamos tornar cada vez mais viva - e sempre eterna - a presença de Portugal neste país e cada vez mais natural e profunda a amizade dos brasileiros pela Pátria de seus antepassados.

Discurso pronunciado em 31.5.97 pelo
Presidente da Federação das Associações
Portuguesas e Luso-Brasileiras, Dr.
Antonio Gomes da Costa.

